



Ofício nº 8.882/2025/SEGOV/PARL

Assunto: Projeto de Lei nº 84/2025- "Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião".

São Sebastião, 12 de dezembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Edgar Eduardo Celestino
Câmara Municipal de São Sebastião/SP

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO, Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Sebastião, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Sebastião, encaminha à Vossa Excelência o parecer jurídico do Executivo referente ao projeto de lei nº 84/2025- "**Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião**".

Considerando a natureza procedimental e constitucional da matéria, bem como o necessário respeito ao princípio da separação e independência dos Poderes — que impede a análise de mérito pelo Chefe do Executivo para fins de sanção ou veto —, ressalta-se que o Projeto de Lei nº 84/2025 versa integralmente sobre a estrutura administrativa do Poder Legislativo local, ao regular a atuação de seus agentes.

Cumprir informar que os atos normativos que tratam da organização interna e da gestão de pessoal do Poder Legislativo são finalizados e promulgados diretamente pelo Presidente da Câmara Municipal, sem necessidade de submissão à sanção ou ao veto do Chefe do Executivo, nos termos do artigo 51, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Diante do exposto, devolvo o Projeto de Lei nº 84/2025 para que o ato normativo seja promulgado de acordo com o Regimento Interno do Legislativo e com a autonomia própria desse Poder.

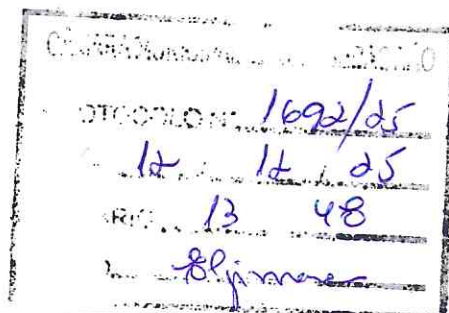
Ao ensejo, renovo à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos Ilustres Pares, protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

REINALDO ALVES
MOREIRA
FILHO:36947981883

Assinado de forma digital por
REINALDO ALVES MOREIRA
FILHO:36947981883
Dados: 2025.12.12 12:13:14
+03'00'

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO
Prefeito





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA - ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Processo N°.: 30.567/2025

ASSUNTO: ANÁLISE DO AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N° 84/2025. DEVOLUÇÃO POR INCOMPETÊNCIA PARA DELIBERAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (SANÇÃO OU VETO).

DESPACHO

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de expediente administrativo, autuado sob o número em epígrafe e encaminhado a esta Procuradoria, visando a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 84/2025, de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, com o objetivo de subsidiar a deliberação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal quanto à sanção ou ao veto. O referido Projeto de Lei tem como objeto disciplinar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião.

Em sede de análise preliminar de admissibilidade, este órgão de Consultoria Jurídica identificou um óbice de natureza procedimental e constitucional que impede a análise de mérito da proposição para fins de sanção ou veto, uma vez que a matéria tratada se insere na autonomia administrativa e organizacional da Câmara Municipal, exigindo a definição da competência para a sua promulgação, em estrita observância ao princípio da separação e independência dos Poderes.

O princípio da Separação dos Poderes, consagrado constitucionalmente e ratificado no Artigo 2º da Lei Orgânica do Município de São Sebastião, assegura a independência e a harmonia entre o Legislativo e o Executivo, o que implica,

NN.

1 / 3





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
 ESTÂNCIA BALNEÁRIA - ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



necessariamente, na garantia de autonomia administrativa e organizacional a cada um dos Poderes em suas esferas privativas de atuação.

A Lei Orgânica Municipal, ao estabelecer o núcleo de autonomia do Poder Legislativo, dispõe, em seu Artigo 8º, inciso III, que compete à Câmara Municipal, de forma privativa, "dispor sobre a organização de sua Secretaria, funcionamento, polícia, **criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração**, observando os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias".

Sendo o Projeto de Lei nº 84/2025 uma proposição que versa inteiramente sobre a estrutura administrativa do Legislativo local, ao regular a atuação de seus agentes em licitações e instituir gratificações especiais aos seus servidores, a matéria se classifica como *interna corporis*, ou seja, de competência privativa da Câmara Municipal, conforme o Artigo 8º, inciso III, da Lei Orgânica.

Destarte, os atos normativos que tratam da organização interna e da gestão de pessoal do Poder Legislativo **são finalizados e promulgados diretamente pelo Presidente da Câmara Municipal, sem a necessidade de submissão à sanção nem ao veto do Chefe do Executivo**, o que se extrai da lógica do processo legislativo municipal, notadamente do Artigo 51, Parágrafo único, da LOM, que determina que os Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução, que versam sobre matéria de competência exclusiva da Câmara, "não dependem de sanção do Prefeito, sendo promulgados pelo Presidente da Câmara".

O encaminhamento deste Projeto de Lei ao Executivo configura um erro procedimental que, se mantido, redundaria em indevida ingerência do Prefeito em assuntos internos do Legislativo, violando o postulado da independência dos Poderes, razão pela qual inexistente o pressuposto de admissibilidade para a análise de mérito por esta Procuradoria





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA - ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Administrativa.

Pelo exposto e com base no princípio da Separação dos Poderes e na expressa competência privativa da Câmara Municipal (Art. 8º, III, da LOM), conclui-se pela **incompetência** do Chefe do Poder Executivo para deliberação (sanção ou veto) sobre o Projeto de Lei nº 84/2025, uma vez que a matéria é de natureza *interna corporis*.

Diante do vício insanável de incompetência, devolvo o presente expediente à Secretaria de Governo, para que sejam adotadas as providências adequadas, sugerindo-se a comunicação formal ao Poder Legislativo para que o ato normativo seja promulgado pelo rito regimentalmente cabível à Câmara, em conformidade com sua autonomia funcional e administrativa.

É o despacho.

São Sebastião, data da assinatura digital.

Taynara Felizardo de Souza Caldeira
Procurador do Município

